

Impresso Especial

9912211301/2008 - DR/RS
Conselho Regional de Psicologia 7ª Região
...CORREIOS...



entre linhas



ESCUTANDO SINGULARIDADES,
TRANSFORMANDO REALIDADES.

Ano X

Número 49

Outubro | Novembro | Dezembro de 2009

VII

Congresso

nacional da psicologia

Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício da profissão
Conselhos: Construção da relação profissional; Diálogo com a sociedade e com o Estado. Aperfeiçoamento democrático do Sistema

- 12 | VII CNP propõe debate sobre projeto ético e político para a profissão
- 18 | Manifesto contra o Ato Médico
- Calendário 2010 encartado nesta edição

Expediente

Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Presidente: Loiva Maria de Boni Santos
Vice-presidente: Clarice Moreira da Silva
Tesoureira: Clair Ana Mariuza
Secretária: Eduarda Coelho Torres

Conselheiros: Ana Cláudia Baratieri Zampieri, Andréa Lucas Fagundes, Anete Regina da Cunha, Ceres Simone Simon, Clair Ana Mariuza, Clarice Moreira da Silva, Deise Cardoso Nunes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Fernanda Pires Jaeger, Glacir Pissolato de Freitas, Henrique Gheno Zilli, Ivarlete Guimarães de França, Karen Eidelwein, Loiva Maria de Boni Santos, Márcia Adriani Rodrigues Ribeiro, Maria de Fátima Bueno Fischer, Maria Josefina Franchini Torres, Paula Guntzel, Pedro José Pacheco, Ruben Artur Lemke, Sandra Rute Silva Martins, Sílvio Augusto Lopes Iensen, Tatiana Cardoso Baierle, Tatiana Guimarães Jacques, Tatiana Ramming.

Comissão Editorial: Andréa Lucas Fagundes, Clarice Moreira da Silva, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Karla Gomes Nunes, Leticia Giannchini, Liliana Rauber, Lucio Fernando Garcia, Paula Guntzel, Tatiana Guimarães Jacques.

Jornalista Responsável: Liliana Rauber (MTB/RS 9684)

Redação: José Antônio Silva e Bruna Ostermann

Comentários e sugestões: comunicacao@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede – Porto Alegre: Av. Protásio Alves, 2854/301
CEP: 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799
crprs@crprs.org.br

Subsede Caxias do Sul: Rua Moreira Cesar, 2712/33
CEP: 95034-000- Fone/Fax: (54) 3223-7848
caxias@crprs.org.br

Subsede Pelotas: Rua Félix da Cunha, 772/304
CEP: 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197
pelotas@crprs.org.br

Projeto Gráfico: Violeta Lima

Diagramação: Tavane Reichert Machado

Impressão: Ideograf

Tiragem: 14.000 exemplares

Distribuição gratuita



Cadastre-se no site
para receber
a newsletter
www.crprs.org.br

Editorial

Fim de ano é comumente uma época em que se revisam as ações realizadas no transcorrer do ano que passou. Nós do CRPRS temos muito a festejar e agradecer aos psicólogos que fizeram o ano de 2009 rico em eventos e participação da categoria. Muitos foram os importantes temas que permearam 2009: Álcool e Outras Drogas, Psicoterapia, Psicologia Crítica do Trabalho, Conferência de Comunicação, Mobilidade Humana, Segurança Pública, Educação, Avaliação Psicológica, Psicologia e Interfaces com a Justiça, Psicologia das Emergências e dos Desastres, entre outros, além da inauguração do auditório novo, desenvolvido para ser usufruído por todos os psicólogos.

Além de comemorações, tivemos nesse final de ano uma grande mobilização em relação ao Ato Médico. A aprovação do Projeto de Lei 7703/2006 na Câmara dos Deputados, em outubro, gerou reação entre estudantes e profissionais psicólogos e os demais profissionais do setor saúde, com descontentamento em relação ao projeto. Fica muito claro que é unânime o apoio aos médicos quanto à necessidade de regulamentação de sua profissão, mas atentando para que o texto do PL não subtraia direitos já garantidos de outras profissões e da multidisciplinaridade conquistada pela luta de usuários e trabalhadores da saúde. Nesta edição, incluímos texto com posicionamento da nossa gestão e breve histórico do projeto de Lei em tramitação.

Reiteramos a importância da ampla e necessária participação dos psicólogos em todas as etapas do VII CNP – Congresso Nacional de Psicologia, instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia, agendado para junho de 2010. Por todo o Rio Grande do Sul serão realizados eventos preparatórios e pré-congressos, que ocorrerão como fase prévia ao Corep – Congresso Regional de Psicologia, preparando-se as teses que serão levadas à Brasília. No CNP são definidas as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas para o triênio subsequente, ou seja, para a próxima gestão dos conselhos regionais e do Federal.

Junto disso, lembramos a todos que em 2010 ocorrerão as Eleições para a próxima gestão de conselheiros para o CRPRS, para a qual será definida a Comissão Eleitoral em Assembléia Geral Extraordinária, responsável por seu planejamento e organização, de forma clara e democrática.

Considerando que estaremos juntos até 2010, o legado que queremos deixar para os colegas é a possibilidade da construção de semelhanças em meio às diferenças. “Escutando singularidades, transformando realidades”. O slogan escolhido para comemorar os 35 anos do CRPRS fica como uma marca. A marca da escuta do singular e sem preconceitos. Uma forma de fazer democracia, reconhecendo a alteridade. Compreendendo uma categoria forte a categoria participativa, que constrói junto à profissão. Psicólogos, profissionais comprometidos com a ética e com o cuidado.

Loiva Maria De Boni Santos
Presidente

Clarice Moreira da Silva
Vice-presidente

Índice

04	Notícias das Comissões
12	Especial
15	Anuidades
16	CREPOP
18	Ato Médico
20	Psicólogo não é Juiz
22	Espaço da COF
24	Agenda



Dica cultural O Mundo Acabou

Houve um tempo em que dirigir um *Simca Chambord* vestindo uma camisa *Volta ao Mundo* que combinasse com o sapato *Vulcabrás* era tudo de bom. Sem esquecer da *galocha*, para o caso de uma chuvinha eventual. Melhor que isso, só se a camisa tivesse sido lavada com sabão *Rinso* – que lava mais branco, e se sua coleção de *flâmulas* fosse a maior da redondeza.

Isto é um pouco do que o jornalista Alberto Villas nos apresenta em seu livro *O Mundo Acabou*, da Editora Globo.

Remexendo minha estante em busca de algo divertido que eu pudesse reler, deparei-me com este livro. Nele, o autor nos convida a entrar no túnel do tempo e visitar o passado através de uma linguagem nostálgica, bem-humorada e, sobretudo, poética. São historinhas curtas de coisas que deixaram de existir e de costumes que já não se tem mais, como usar no carro um toca-fitas de gaveta e maquiarse com *pó-compacto Cashmere Bouquet*. Além disso, o livro é recheado com fotos de produtos e propagandas da época, o que torna nossa viagem através do tempo ainda mais interessante.

O Mundo Acabou é uma boa pedida para qualquer geração: quem nasceu por volta dos anos 50-60 vai amar reviver um pouco da sua infância e quem veio bem depois disso, no mínimo, vai ficar com vontade de tomar um *xarope de groselha*.

Eduarda Coelho Torres
Psicóloga
Conselheira Secretária do CRPRS

ENTREVISTA/ Marilene Proença



“O uso abusivo de remédios prejudica as crianças e é um retrocesso no campo educacional”

Atual presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRPSP), a psicóloga escolar paulista Marilene Proença esteve em Porto Alegre para o debate “O retorno da medicalização como explicação das dificuldades no processo de escolarização”, no Auditório do CRPRS, dia 27 de novembro. Aqui, ela responde questionamentos do Entrelinhas sobre o tema, no qual é uma das principais especialistas no país.

Entrelinhas – Pode-se dizer que há hoje uma utilização abusiva de medicamentos para alegados casos de hiperatividade ou déficit de atenção no âmbito escolar? Esta demanda parte dos pais, dos professores ou da direção das escolas?

Marilene Proença - Temos recebido informações, tanto da academia quanto dos psicólogos e demais profissionais que atuam em prefeituras, sobre convênios que estão se estabelecendo com clínicas e médicos para diagnóstico e tratamento de crianças que apresentam alguma dificuldade em leitura, escrita ou comportamento em sala de aula. A Psicologia Escolar e Educacional há muito vem questionando a causa orgânica como sendo a que realmente responde às dificuldades no processo de alfabetização: as pesquisas na área, baseadas em convivência prolongada com as escolas, alunos e professores, demonstram que as dificuldades estão centradas nos aspectos pedagógicos, institucionais, das relações de ensino-aprendizagem estabelecidas e das políticas educacionais vigentes. Ou seja, raramente um aluno necessita de um acompanhamento de especialista por não se beneficiar da escola. Estamos assistindo ao retrocesso das explicações no campo educacional – que ao invés de centrarem-se no processo ensino-aprendizagem, centram-se na criança que não aprende, como se ela fosse a responsável pelo seu não aprender.

Entrelinhas – Quais as faixas etárias, entre crianças e adolescentes, mais atingidas por este fenômeno?

Marilene Proença - Crianças e adolescentes são atingidos, mas especialmente as crianças de 06 a 10 anos. E hoje, com a antecipação de escolaridade para a faixa de 06 anos, há crianças sendo medicadas “preventivamente” e cada vez mais cedo. O tratamento preconizado para o TDAH, por exemplo, consiste em psicotrópicos estimulantes do sistema nervoso central, destacando-se duas drogas: metilfenidato (MPH) e dextro-anfetamina (D-anfetamina). E o mecanismo de ação dessas drogas é o mesmo da cocaína, estimulantes que

umentam a atenção e a produtividade. Esses medicamentos são fortíssimos, atuam sobre o sistema neurológico das pessoas que os ingerem. Há pesquisas mostrando o quanto são nocivos à saúde de crianças. Eles possuem muitos efeitos colaterais sobre todos os aparelhos e sistemas do corpo humano e constam na bula dos remédios como Ritalina e Concerta.

Entrelinhas – Que alternativas deveriam ser ou já estão sendo tomadas?

Marilene Proença - A primeira alternativa é a do esclarecimento. Precisamos trazer à tona um contradiscurso para que possamos realmente mostrar as nefastas consequências desse tipo de abordagem no campo da educação. O segundo passo é o de questionarmos e impedirmos que projetos de lei sejam aprovados nos municípios e estados, institucionalizando esta forma de tratamento e de diagnóstico de crianças que apresentam dificuldades na leitura e na escrita. Enquanto CRP, estamos organizando um livro sobre o tema e um dos capítulos escritos pelas professoras dras. Maria Aparecida Moysés, médica pediatra da UNICAMP, e Cecília Azevedo Collares, pedagoga, intitulado “O lado escuro da Dislexia e do TDAH” será um texto fundamental nesta discussão. Além disso, realizamos um debate na Câmara Municipal de São Paulo sobre o tema, que está disponível, na íntegra, no site do CRPSP (www.crp.org.br). Faremos um Caderno Temático sobre o debate e levaremos esta discussão a todo o Sistema Conselhos de Psicologia, visando tomarmos ações conjuntas. Também levamos esta discussão à ANPEd, Associação Nacional de Pesquisa em Pós-graduação em Educação, e à ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Psicologia.

Entrelinhas – O fenômeno é mundial ou restrito ao Brasil? Pode-se dizer que ele acompanha um aumento deste tipo de medicamento também no mundo dos adultos?

Marilene Proença - É um fenômeno fortalecido pelos grandes laboratórios de remédios, no mundo todo, pois a indústria farmacêutica teve um aumento estrondoso na venda de medicamentos para o TDAH. Mas assim como temos a medicalização se fortalecendo como saída aos chamados “problemas sociais”, temos também o início de uma reação internacional ao fato. Recentemente houve um evento na Argentina questionando a medicalização no processo de escolarização. Há livros publicados nos Estados Unidos, muito interessantes, questionando

esta abordagem – e o termo “medicalization” é o termo utilizado por eles para identificar esse processo que vem acontecendo (de biologização dos fenômenos e problemas sociais) e problematizar esta questão, tendo como autores de referência

Tomas Szasz, S. Rose e Peter Conrad, por exemplo. Realmente, estamos vivendo um momento muito delicado socialmente, e precisamos unir esforços de várias naturezas para enfrentá-lo. E a Psicologia precisa entrar cada vez mais neste debate!

Debate mostra novas perspectivas na questão da medicalização em escolas



A partir de duas dimensões de atividade – a militância no Conselho Regional de Psicologia de SP, e sua experiência profissional como psicóloga educacional – a professora da USP e conselheira-presidente do CRPSP, Marilene Proença, formou posição sobre o que considera uso abusivo de medicalização nas escolas. Sua palestra, em evento sobre o tema realizado na noite do dia 27 de novembro, na sede do CRPRS, foi esclarecedora a todos os presentes. Também a exposição da psicóloga gaúcha Maria Fernanda Henneman enriqueceu o debate, exemplificando com fatos de seu cotidiano a dimensão do problema. O evento foi mediado pela conselheira Ceres Simone Simon e teve a presença da conselheira-presidente Loiva Maria De Boni Santos.

“Já em 1992 levamos ao CRPSP casos de diagnóstico e medicação de crianças em escolas que, depois, não tinham estes diagnósticos e medicalização confirmados”, relatou Marilene. Segundo ela, o que vem se verificando ao longo dos anos, nesse sentido, é uma “regressão às explicações organicistas, que vigoraram até mais ou menos a década de 50 do século XX, e pelas quais as crianças não aprenderiam como o esperado por apresentarem algum distúrbio ou transtorno”, disse. “Esta visão – que colocava toda a responsabilidade pela situação na criança – depois foi superada pelos novos estudos do campo da psicologia escolar”.

Hoje se verifica uma profusão de diagnósticos, especialmente apontando para a ocorrência – quase uma “epidemia” – de casos de dislexia e TDAH. Marilene mostrou números mostrando que, enquanto em 2000 foram vendidas no Brasil 71 mil caixas de Ritalina, em 2008 o número pulou para inacreditáveis 1 milhão 147 mil caixas.

A conselheira-presidente do CRPSP aponta que os sites das associações brasileiras de TDHA e de Dislexia afirmam que 15% das crianças em nosso país sofreriam com estas doenças. “Mas, ao mesmo tempo verificamos que os laboratórios que produzem a Ritalina e a Concerta são ‘parceiros’ ou patrocinadores destas associações.” Ela observa que é preciso mais critério e rigor no tratamento destas questões, deixando o atendimento medicamentoso somente para os casos realmente confirmados.

Outro ponto surpreendente sobre o tema, observado por ela, é a profusão de projetos de lei – tanto na Câmara de Vereadores de SP quanto na Assembléia Legislativa paulista – propondo a instalação de centros de atendimento a estudantes com dislexia e déficit de atenção, como uma política pública. “Além de ser um absurdo fazer exame diagnóstico em cinco milhões de alunos em São Paulo para descobrir quem apresentaria estes problemas, devemos observar que há aí uma total inversão de valores. Pois quem propõe estes PLs, muitas vezes com o apoio de grupos de pais e professores, se baseia num ‘direito’ de ver seu filho diag-

nosticado, ao invés de reivindicar o direito autêntico a um ensino de boa qualidade”, explicou Marilene, que tem participado de discussões sobre o tema nos espaços legislativos.

O verdadeiro remédio para o problema da aprendizagem deficiente passa por propostas diferentes de intervenção e perspectiva. “Antes perguntávamos: por que a criança não aprende? Hoje temos que indagar o que acontece no processo de escolarização que faz com esta criança não se beneficie da escola. As respostas estão na dimensão pedagógica, nas relações estabelecidas dentro das escolas, nas políticas educacionais”, afirma.

Escola Margarina

Dentro da mesma perspectiva de Marilene Proença, a psicóloga escolar gaúcha Maria Fernanda Henneman observou que no Rio Grande do Sul o diagnóstico escolar hoje recorrente é o da “bipolaridade”. Mostrando slides com imagens baseadas na idealização da família feliz, Maria Fernanda caricaturizou assim a situação: “É a Escola Margarina, com todo mundo parado, sorrindo bonitinho, como uma propaganda da TV”.

A psicóloga lembrou que atualmente ninguém mais fica “triste” – está deprimido. “Hoje, as dificuldades da vida tornam-se problemas médicos. Precisamos ter em mente que o vértice precisa ser a saúde e não a patologia”, defendeu. “Não há um olhar saudável sobre as crianças e adolescentes”. Ela entende que foi naturalizada uma violência social contra todos na comunidade escolar, com psicodiagnósticos isolados, pais culpados e professores descredenciados.

Maria Fernanda diz que o psicólogo educacional, atualmente, precisa ser também um psicólogo social. Ela propôs a interdisciplinaridade e o envolvimento. “É necessário dar um voto à educabilidade de cada aluno. O professor tem que lutar e acreditar na sua turma, e utilizar estratégias pedagógicas que mobilizem os estudantes”.

Loiva Maria De Boni Santos lembrou sua trajetória na questão de novos olhares sobre uso de drogas: “Por isso me identifico com as falas de vocês. E vejo a ciência hoje mandando medicar, e a mídia dizendo que é preciso prender ou internar. Nós psicólogos precisamos ter compromisso técnico, ético, político e estético, no sentido de criar novas formas de atuação. A militância é fundamental”.

No encerramento, a psicóloga paulista Marilene Proença afirmou: “Nós conquistamos o saber teórico, aliado à experiência. Mas não conseguimos socializá-lo. Como psicólogos nos acostumamos a ouvir. Só que a hora agora é de se posicionar, falar, sermos mais assertivos na defesa das nossas posições”.

Outras palavras...

Encontro demarca a urgência de novos olhares e abordagens sobre questão das drogas

Um público heterogêneo, reunindo desde psicólogas e psicólogos de várias regiões do Estado, estudantes, professores, representantes de setores e movimentos sociais, usuários, redutores de danos e cuidadores, até autoridades ligadas ao campo da saúde em nível federal, compuseram o cenário humano do Seminário Estadual “Outras Palavras... Diferentes Olhares... Sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Drogas”, realizado dias 20 e 21 de novembro no Salão Paroquial da Igreja N.S. da Pompéia, em Porto Alegre. Promovido pelo Conselho Regional de Psicologia como o ponto culminante de um processo que se desenrolou durante o ano todo em sete cidades gaúchas, o Seminário trouxe informação, debate, reflexão, emoção, arte e até momentos bem humorados, apesar da seriedade do tema.

Na abertura dos trabalhos, a conselheira-presidente do CRPRS e idealizadora do Projeto Outras Palavras, Loiva Maria De Boni Santos, citou uma frase de Ana Pitta: “Há que se superar a repugnância para poder incluir”. Com esse espírito de integração e cidadania, ela destacou “a ânsia de aproximar a luta antimaniacomial com a redução de danos pelo uso de drogas”. Como dois aspectos complementares de uma mesma postura, Loiva lembrou os ataques que a reforma psiquiátrica continua a sofrer. Neste sentido, o Outras Palavras surge como um ação afirmativa neste caminho: “Desde 2008, quando fizemos um primeiro seminário estadual, até o encontro de hoje, realizamos sete eventos por todo o estado. De toda a riqueza destes debates, vamos tirar um documento e encaminhar as autoridades estaduais, na luta por uma política pública que inclua outras palavras, outras visões e uma rede de afetos nos cuidados das pessoas que usam drogas”.

Preconceitos sociais

Como primeiro palestrante da mesa “Direitos Humanos e Drogas”, o consultor da Secretaria Municipal de Saúde de SP, Domiciano Siqueira, levou os participantes a refletirem sobre os preconceitos sociais em relação às drogas, através de um discurso que apontava as contradições da própria sociedade. Conhecedor da realidade de Porto Alegre, em cuja Prefeitura atuou como redutor de danos e capacitador de pessoal durante oito anos, longos cabelos e chapéu na cabeça, Domiciano afirmou que há três espécies de “polícias” que controlam a sociedade. As polícias (civil e militar) propriamente ditas; o sistema médico/sanitarista; e a religião. “Historicamente, sempre se utilizou a repressão e a exclusão, para tratar de tudo que fugisse da norma”, historiou ele. “O uso de drogas é considerado doença e remete ao hospital e à internação; a prostituição é considerada delito e pode levar à cadeia; e o homossexualismo é tido como um pecado e muitas vezes merece a morte”, enumerou.

No entanto, disse, a maioria das pessoas consome bebidas alcoólicas regularmente e isto não provoca qualquer reação social, pois se considera que “dá para administrar”. Domiciano afirmou que em muitos casos o uso de outras drogas também pode ser administrado, e que a campanha de mídia contra o crack, como é feita hoje no RS, é baseada no proibido, no interdito, no que sequer pode ser pensado. “Com minha experiência de redutor de danos, ainda na época das drogas injetáveis e em plena epidemia de Aids, descobri que o trabalho era bem mais fácil de fazer do que se imaginava: não havia monstros do outro lado, nas esquinas



escuras, e sim pessoas carentes desse tipo de intervenção, e que se envolviam na campanha. E o melhor de tudo, descobrimos que a redução funciona mesmo”.

O que é droga mesmo?

O psicólogo Guilherme Carlos Corrêa, de Santa Maria, na mesma linha de Domiciano, acrescentou que “hoje, a polícia somos todos nós, ao assumirmos esta postura criminalizante e repressiva”. Alertou que a palavra droga, atualmente, refere-se a tantas coisas que termina não dizendo mais nada, objetivamente. “Ao se falar de drogas as pessoas referem-se à maconha, cocaína e, agora, ao crack, e conforme o discurso oficial elas devem ser proibidas porque matam. Drogas matam, sim. Mas o que não mata?”, questionou. Lembrou que o hipertenso pode falecer ao consumir sal, que o açúcar é mortal para um diabético – mas tudo que é doce é encarado como símbolo de afeto em nossa cultura. Citou o medicamento Plasil: “Está escrito na bula que seu uso pode induzir pessoas ao suicídio. Mas ninguém lê bula”. “Ou seja, lidamos cotidianamente com um grupo de drogas e substâncias muito perigosas, que também têm potencial de morte. Quando simplesmente proibimos, sem conhecimento, criamos um campo de ignorância em relação às drogas”.

O discurso da mídia

Na segunda mesa do Seminário, “Mídia, qual é o discurso?”, a psicóloga Karla Gomes Nunes apresentou alguns aspectos da pesquisa que vem sendo realizada pelo Crepop e CRPRS com o título “Afinal, quais os discursos que os jornais de Porto Alegre produzem sobre o crack?”. Para o trabalho, o grupo analisou os jornais Correio do Povo, Zero Hora, Jornal do Comércio e O Sul. Ainda em andamento, a pesquisa já constatou que quem é ouvido pela imprensa são autoridades policiais, judiciárias, médicos psiquiatras, sociedade civil e gestores (em geral, donos de comunidades terapêuticas). As “saídas” apontadas nas matérias e editoriais são recorrentes: construção de mais centros de tratamento compulsório das drogas, e avisos e alertas para prevenir quem ainda não fez uso.

Os jornais, em suas coberturas, interpelam e cobram da população que tome alguma atitude frente ao que seria uma “epidemia” de crack, analisa Karla. “O discurso é culpabilizante, interfere sobre a realidade e chega a mudar o jeito como os usu-

ários se vêem”, arremata. “Neste caso, a mídia diz exatamente o que todos nós devemos pensar”.

A psicóloga paranaense Semíramis Amorim Vedovato, que atua como redutora de danos, abriu sua participação citando um trecho de canção: “Saudação aos que têm coragem/ aos que estão aqui/ para qualquer viagem”. Coragem, explicou Semíramis, de discutir “um tema que não é fácil, que é espinhoso e não acontece lá longe, na Ucrânia, mas está aqui na esquina”. Ela lembrou que nossa sociedade não gosta de aprofundar discussões e conteúdos, mas de rotular e valorizar a primeira impressão. “O que conta é a imagem, a roupa que alguém está usando”. Lembrou que a mídia, e a sociedade, tratam um usuário de drogas como vagabundo e outras denominações pejorativas. E exibiu no telão uma charge em que um rico corrupto mostra-se muito mais respeitado socialmente do que um drogado honesto.

Semíramis lembrou que em outubro o Jornal Nacional, da Globo, passou uma semana dando como destaque a questão do crack, sempre de maneira alarmista. “Depois disso o governo liberou mais R\$ 100 milhões para novos leitos hospitalares, para internação”, informou. Mais ainda: “A revista Veja fez uma matéria extensa sobre a violência no Rio e associou o fenômeno basicamente ao uso de drogas. Mas não deu a mesma ênfase à corrupção de policiais e autoridades, por exemplo, ou a quase completa ausência de políticas públicas nas regiões mais carentes”, comentou Semíramis. “Como sempre, a matéria defendeu para os usuários a internação, mesmo que involuntária, como única saída. No entanto, esquecem que se não houver desejo do paciente nesse sentido, a internação não irá resolver”.

Num amplo painel, que contou com forte participação e questionamentos do público, Semíramis exemplificou como a questão do crack, atualmente, é superdimensionada pela mídia – embora os dados estatísticos não confirmem a tal “epidemia”. Segundo índices que apresentou, apenas 0,7% dos jovens entre 15 e 29 anos têm problemas com o crack. Ao mesmo tempo, o número de jovens brasileiros que têm problemas com bebidas alcoólicas sobe para 15%. Relatou também que companhias de cerveja continuam patrocinando programas esportivos, especialmente de futebol, difundindo a idéia irreal de que esporte e álcool podem gerar bons resultados.

Redes de cuidado

No debate sobre “Redes de cuidado: autonomia e empoderamento”, as palestras ficaram por conta do psiquiatra Evaldo Mello, de Recife, da psicóloga Guilene Salerno, da Escola Municipal Porto Alegre (EPA), e do educador social Carlinhos Guarnieri.

“O contrário da dependência não é abstinência, é liberdade”, salientou Evaldo Mello. O psiquiatra defendeu uma proposta de políticas públicas funcionais em relação ao problema do álcool e das outras drogas: “É necessário considerar os diferentes tipos de uso – os que não usam, o uso social, o uso problemático e a dependência –, os consumidores – podem ser adultos, adolescentes, crianças, idosos, mulheres, indígenas, presidiários, etc. – e, por fim, as legislações”. Ou seja, tratar cada caso individualmente dentro de suas particularidades. Evaldo fez, ainda, um paralelo com os métodos utilizados pela Europa e pelos Estados Unidos. A Europa teve um resultado muito mais efetivo por aderir a Redução de Danos. A proposta de rede que o psiquiatra apresentou se baseia na centralização do Programa de Saúde da Família, somando ainda unidades de desintoxicação, Caps AD, Centros de Convivência e outros dispositivos. “A questão da droga movimenta um universo de dor e prazer”, concluiu.

Guilene Salerno apresentou os métodos utilizados pela EPA no cuidado de jovens em situação de rua que usam drogas. “Trabalhamos com a ressignificação do espaço interno, emancipação social e pessoal, planos individuais de aprendiza-

gem”. A escola é adepta de dois tipos de discussões políticas: o anúncio – participando de palestras e eventos, levando suas propostas e métodos para outras entidades através de fóruns –, e a denúncia – apontando situações de violações e buscando alternativas. O foco desse trabalho tem seis premissas: educação para vida, acolhimento e acompanhamento, redução de danos, empoderamento, emancipação e trabalho educativo. A redução de danos, segundo Guilene, “é feita em todos os espaços da escola”, assim como os momentos pedagógicos, que abrangem o estudo da realidade, a organização e a aplicação do conhecimento.

O educador social Carlinhos Guarnieri começou sua fala contando que é ex-usuário de crack. “Eu estou falando isso para contrapor a idéia que a mídia passa de que quem começa a usar crack nunca mais para”, afirmou. Carlinhos trabalha com Redução de Danos na Pequena Casa da Criança e completou seu desabafo: “Não me acho uma exceção e conheço gente que experimentou crack junto comigo, não gostou e nunca mais usou”.

Na rotina profissional, Carlinhos admite que trabalhar a Redução de Danos com crianças e adolescentes é muito polêmico, mas que acredita na efetividade da medida que consiste em criar um conjunto de estratégias a partir do indivíduo e das necessidades dele. Estratégias essas que vão além da substituição do crack pela maconha, por exemplo. O trabalho de Carlinhos na Pequena Casa da Criança é com jovens em situação de rua e a Redução de Danos inclui atividades que ocupem o tempo dessas pessoas.

Clínica Política

Após a apresentação teatral do grupo de estudantes da IMED, de Passo Fundo, que emocionou a platéia, houve a mesa “Movimento Social como Clínica Política”. O redutor de danos Rafael Gil, de Porto Alegre, lembrou que pessoas portadoras de HIV, prostitutas, transexuais e outros grupos discriminados conseguem se organizar e ter suas reivindicações e posições ouvidas. “Mas os usuários de drogas têm mais dificuldade para disputar um espaço político”, observou. Rafael questionou também a formação dos profissionais. “Todos que trabalhamos com atenção básica temos que ter mais preparo específico. Ainda temos um olhar ‘viciado’, preconceituoso sobre quem usa drogas – pois nem sempre este uso tem a ver com sofrimento. Não podemos nos informar e julgar apenas através da mídia. É necessária a palavra de quem já usou ou ainda usa de maneira controlada. Também precisamos discutir o uso de drogas como um prazer, apesar do tabu que cerca o assunto”.

A conselheira do CRPRS Fátima Fischer defende que os usuários querem, precisam e devem ter um protagonismo. Em frente à mesa principal, várias mensagens escritas estavam presas a uma rede de pesca – representando a construção de uma relação de solidariedade e acolhimento. “Uma rede também pode prender, é verdade”, disse Fátima. “Mas queremos aqui fazer novas conexões, romper e costurar outras formas de cuidado”, garantiu. Ela afirmou a importância dos usuários buscarem um empoderamento, e a necessidade de valorizarem produtivamente os momentos em que não estão sob o efeito de droga, sentindo-se bem. Aos profissionais da saúde e cuidadores, recomendou: “Nós temos que desnaturalizar os territórios do proibido e do condenável, invadindo e sendo invadidos, atuando sem preconceito e garantindo os direitos humanos”.

“Caminhos Possíveis”

A conselheira-presidente do CRPRS, Loiva De Boni Santos, disse que “o Outras Palavras, enquanto rede, já tem representatividade e aprofundamento para participar das agendas do Executivo e do Legislativo. Hoje há um discurso igual da mídia,

Notícias das comissões

da polícia, dos médicos, e nós temos o que acrescentar a esta visão repetitiva. Possuímos legitimidade para sermos ouvidos na construção de políticas para esta questão”.

Loiva confirmou que uma das propostas do CRPRS é levar o debate cada vez mais às comunidades – como mostram os sete eventos realizados em cidades do interior durante 2009. “As pessoas que estão aqui têm obrigação de espalhar estas Outras Palavras para fora deste encontro”, disse, com emoção. O psicólogo Evaldo Mello, de Recife, disse que as redes têm que ser abertas, não podem prender. “Os usuários de drogas somos todos nós, inclusive o cara que está no bar da esquina tomando sua cerveja. Temos que incluir as drogas lícitas no debate. Nem todo o usuário é patológico. Me sinto parte do Outras Palavras – e infelizmente em Recife ainda não temos isso”, concluiu. Guilherme Carlos Correa, de Santa Maria, destacou que as drogas ilegais matam, mas as outras matam também. “O que mais mata nas drogas ilegais é tiro e outras violências relacionadas ao tráfico e à proibição”, lembrou.

Francisco Cordeiro, psicólogo de Brasília, representando o Ministério da Saúde, recordou a todos que o tema álcool e drogas é muito recente nas políticas de Saúde. “São apenas cinco ou seis anos com as políticas que julgamos adequadas”, disse. “Até então, a forma de cuidar era muito baseada no enfoque da segurança pública e internação, quase sempre em instituições de caráter religioso. Só a partir de 2003 o SUS assume esta responsabilidade”.

Conforme ele, apesar das dificuldades, ver os cuidados em saúde como um direito humano é um avanço do Brasil. “Em muitas nações do mundo, inclusive em países ricos e desenvolvi-

dos, não é assim. Os Estados Unidos têm 50 milhões de pessoas sem nenhum direito garantido aos serviços de saúde, e o próprio Obama sofre grande pressão contra isso dos sistemas privados”.

Ele garantiu que no governo há recursos e vontade política de apostar em novas idéias relativas à ampliação do acesso. “Mas enfrentamos muita resistência, desde a Universidade que precisar abordar, estudar e ensinar políticas públicas em saúde até a dificuldade para conseguir leitos psiquiátricos em hospitais gerais, por exemplo”, concluiu.

A psicóloga Carla Dalbosco, representante da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), relatou a história recente das políticas específicas voltadas para a questão. “Em junho de 1998 a ONU lançou um programa mundial e o Brasil aderiu. E só em outubro de 2005 foi lançada a nova política nacional, com ações relativas ao tratamento do uso de álcool e outras drogas”, contou. Ela apontou três pontos básicos que as políticas do setor devem contemplar: considerar sempre a realidade sócio cultural; considerar os estudos epidemiológicos; e envolver todos os setores no debate. “É um pressuposto fundamental”, afirmou, “é diferenciar e tratar de modo diverso o usuário, o que faz uso indevido, o dependente e o traficante de drogas, deixando os preconceitos de lado”. Disse que há hoje no país 9.038 instituições voltadas ao tratamento destes problemas e divulgou o site do Senad (www.obid.senad.gov.br) como fonte fundamental de dados sobre esta questão.

A final do Outras Palavras, a conselheira-presidente do CRPRS frisou: “Precisamos lutar para que as amarras institucionais não engessem nossas ações”, completou.



Graduandos usam o teatro para discutir uso abusivo de drogas

Por ser um texto metafórico, cujas frases podem traçar uma analogia com o contexto da drogadição, o livro “O Pequeno Príncipe”, clássico do francês Antoine de Saint-Exupéry, terminou sendo o ponto de partida para um trabalho de aula em forma de peça teatral, da atriz e graduanda de Psicologia Schaiane Ribeiro, juntamente com colegas da Escola de Psicologia da Faculdade Meridional (IMED) de Passo Fundo. A adaptação recebeu o título de “Memórias de Uma Aviadora”.

A versão foi preparada e apresentada na aula da professora Leda Rubia Corbulim Maurina, da disciplina eletiva Uso Abusivo de Substâncias. “A problematização do tema, mediada pela encenação de elementos metafóricos de obras literárias, possibilita o encontro com outras palavras e diferentes olhares sobre o texto e a drogadição”, diz Leda Rúbia, mestra em Educação e especialista em Intervenções Psicossociais.

Atriz profissional premiada, Schaiane, de 23 anos, diz que a escolha do livro de Saint-Exupéry ocorreu em virtude do objetivo do grupo de colegas: “Queríamos poder abordar a questão da drogadição com outro tipo de visão, fugindo do modo tradicional com que o tema é tratado”, explica.

Para isso, Schaiane e os colegas Vivian Bageston, Chaiane Cássia G. Simor, Ísis Pottker, Pâmela R. Coser, Marinês P. Bicca, Crístofer B. da Costa, Carline Bueno, Lisiane Borges, Rafaela W. Cecconello, Vanessa Vieira e Glen Rigo ensaiaram três vezes por semana, com até quatro horas de duração a cada ensaio de “Memórias de Uma Aviadora”. “Queremos proporcionar uma reflexão sobre o porquê do envolvimento com drogas e sobre as consequências disso”, complementa a atriz e futura psicóloga.

Seminário Nacional do Ano da Psicoterapia



De 1º a 3 de outubro, ocorreu em Brasília o Seminário Nacional da Psicoterapia. O CRPRS foi representado pelas psicólogas Clarice Moreira, Eduarda Coelho Torres, Sandra Rute Silva Martins e Simone Machado. Os representantes dos 17 conselhos regionais contribuíram ativamente, junto ao GT Nacional da Psicoterapia, realizando o trabalho com seriedade e aprofundamento de cada tema.

A conferência de abertura teve como tema “Psicoterapia – construindo referências para a atuação do psicólogo”, preferida pelo filósofo e psicólogo Carlos Drawin. Entre os pontos levantados para a reflexão, Drawin refere-se à tese de que a psicoterapia pertence ao campo das heterogeneidades, não podendo ser unificada como campo científico. Ele lembra que o homem transgride continuamente a fronteira epistemológica, porque é um ser expectante, tendo um excesso que ultrapassa o controle racional. Retoma, ainda, que a questão da ética não está submetida ao modelo da racionalidade científica e que há um certo discurso de ciência que tem que ser desmistificado. As psicoterapias preservam o mundo da vida e por isso devem desmistificar o mundo das ciências. As ciências também são múltiplas.

No segundo dia, uma mesa-redonda com a participação de profissionais de universidades e ABEP, que debateram os três eixos que nortearam o Ano da Psicoterapia:

1 - A Constituição das Psicoterapias como Campo Interdisciplinar: Dra. Ana Cleide Guedes Moreira - Universidade Federal do Pará - UFPA

2 - Parâmetros Técnicos e Éticos para a formação na Graduação e na Formação especializada e para o Exercício da Psicoterapia pelos Psicólogos: Dra. Mônica Lima - Universidade Federal da Bahia - UFBA e ABEP

3 - Relações com os demais grupos profissionais: Dr. Francisco Martins - Universidade de Brasília

A tarde foi reservada para os trabalhos em grupos, cujas discussões foram subsidiadas tanto pelas considerações dos palestrantes, quanto pelo material compilado pelo GT Nacional com contribuições de todos os regionais sobre os eixos, que foram debatidos com a categoria nas etapas regionais do Ano da Psicoterapia. “As discussões nos grupos foram muito produtivas e demonstraram uma sintonia entre as propostas de mudanças e considerações nas diversas regiões do Brasil”, conta a conselheira Clarice Moreira. Apesar da diversidade de cada região do país, os apontamentos feitos pelos psicólogos são praticamente os mesmos: **necessidade de haver clareza na conceituação sobre o que é a psicoterapia para os psicólogos, evitando hierarquizações, procurando o conceito de forma supra-abordagens; diferenciá-la de outras práticas clínicas; intersecção com outras áreas de conhecimento; realizar mapeamento para ter um panorama geral da prática psico-**

terápica no âmbito público e privado; maior investigação da psicoterapia no contexto da clínica ampliada; estabelecimento de parcerias e não de conflito com demais profissões que a exercem, entendendo não haver exclusividade desta prática; qualificação na formação do psicoterapeuta; questionamento se a graduação é suficiente para exercer profissionalmente a psicoterapia; e divulgar para a sociedade o campo da psicoterapia e de outras atuações do psicólogo.

De modo geral, as questões propostas pelo CRPRS foram acolhidas e estão em consonância com os demais colegas do país, ficando claro que **esse trabalho não se encerra** com os eventos do Ano da Psicoterapia. Foi unânime o apelo de todos os presentes para esgotar primeiramente a discussão dentro da categoria com um prazo mínimo de até um ano, para depois abrir o diálogo com as outras categorias profissionais que realizam psicoterapia.

Em seguida, o trabalho realizado foi sistematizado e aprovado em plenária final. Este material foi apreciado na APAF* de dezembro de 2009 e está disponível para acesso aos psicólogos, servindo de subsídio para a construção de referências da prática da psicoterapia com maior aprofundamento e aprimoramento da discussão.

Durante o ano de 2010 seguiremos este trabalho, junto ao GT da Psicoterapia, que é aberto aos psicólogos, seja através de nossas reuniões, bem como de eventos pensados a partir da demanda definida durante os fóruns que ocorreram no estado. Nosso trabalho utilizará o que foi produzido pela categoria no Ano da Psicoterapia, tendo como base essa sistematização aprovada no Seminário Nacional, possibilitando ampliarmos e construirmos juntos, psicólogos que atuam na clínica, referências para a prática psicoterápica.

Inúmeras questões precisam de respostas, ficando, portanto, o convite aos psicólogos que exercem a prática clínica e psicoterápica para participar dos eventos que serão montados a partir de demanda definida pelos fóruns que ocorreram ao longo desse ano no Estado, desencadeados pelo debate em relação aos eixos. A ideia é seguir ampliando e criando parâmetros para a prática da psicoterapia, junto aos psicólogos.

Como resultado dos fóruns, temas foram levantados para serem aprofundados.

Para acessar a sistematização produzida pelos psicólogos do RS: <http://blog.crprs.org.br/?m=200907>.

** APAF é a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças realizada duas vezes por ano, reunindo representantes de todos os Conselhos Regionais de Psicologia e do Conselho Federal*

Alcance e limites da Clínica Ampliada são debatidos em evento do CRPRS

O conceito de Clínica Ampliada e a sua prática em diferentes espaços de atuação foram os temas motivadores do debate “Psicoterapia no Contexto da Clínica Ampliada”, realizado pelo GT da Psicoterapia em 03 de dezembro, no Auditório do CRPRS. A Psicoterapia na Clínica Ampliada foi um dos temas levantados pelos psicólogos gaúchos durante os fóruns que ocorreram no estado para esclarecimento e troca de experiências. À mesa, coordenada pela conselheira vice-presidente do CRPRS, Clarice Moreira, estiveram as psicólogas Sandra D. Torrosian e Carla Guimarães da Silva. Especialista em Psicologia Clínica e com formação em Psicoterapia de Grupo, Carla abriu o evento relatando os desafios internos que teve que enfrentar ao começar a trabalhar em CAPS, 13 anos atrás.

“Eu e outras colegas precisamos nos adaptar a uma realidade fora dos consultórios. Tivemos de pesquisar psicoterapias breves, nos aprofundar e entender mais o SUS. Percebemos que eram tão grandes as carências de alguns pacientes, e somado à falta de estrutura, que eventualmente deixávamos a neutralidade de lado e até dizíamos ao paciente com todas as letras o que ele precisava fazer, ao invés de esperar por algum insight dele”, relatou Carla Guimarães da Silva. Mais ainda: “Na saúde pública, talvez fique mais enfatizado o que é clínica ampliada”.

Limites da saúde biomédica

A doutora em Psicologia e professora da UFRGS, Sandra Torrosian, por sua vez, lembrou que foi se constituindo como psicóloga já no “contexto ampliado da Comunidade Terapêutica da Cruz Vermelha, que funcionava ao estilo de um CAPS, em Porto Alegre, com convivência de usuários de drogas pesadas. Este conceito faz mais sentido quando se trabalha em saúde coletiva”. Conforme Sandra, a clínica ampliada “é uma alternativa à saúde biomédica, pois soma outros fatores, num contexto social mais amplo, não enfatizando só o que não funciona”. Para ela, o processo ajuda a entender que o campo da biomedicina não é suficiente para entender o sujeito – especialmente o sujeito em relação uns com os outros e com seus contextos.

“Se num caso de dependência de drogas, por exemplo, considerarmos outras perspectivas como positivas – como a redução de danos, e não só a abstinência –, muda tudo. Evoluímos para a luta antimani-



comial, porque aquela linha dos hospitais psiquiátricos não dava conta da realidade. Isso é uma linha política, e não podemos deixar de considerar estes aspectos”.

Superando oposições

Clarice Moreira afirmou que a riqueza das colocações foi positiva por ajudar a superar oposições: “O que fica claro é que tem que haver a ampliação da escuta, não só do lugar onde isso se dá, seja no âmbito público ou privado. O embasamento teórico pode ser o mesmo, a escuta é a mesma, a diferença está na técnica empregada. Um psicólogo, independente do local de trabalho, precisa estar atento ao desamparo de seu cliente/paciente”.

Da plateia, também vieram contribuições ao debate. Uma das psicólogas presentes desafiou: “Temos que ler os grandes teóricos da psicologia com mais profundidade. Se fizermos isso seremos mais transgressores. Não podemos ficar presos em dogmas”.

Carla Guimarães da Silva disse que a clínica ampliada – em especial na saúde pública, com todas as carências que ainda apresenta – incentiva esta “transgressão”, na medida em que grande número das pessoas atendidas sequer têm consciência de sua cidadania, de seus direitos básicos, etc. “Damos o suporte para que a pessoa, a partir dali, possa avançar um pouco com suas próprias pernas”, sustentou.

Clarice Moreira, no encerramento, defendeu: “Os psicólogos devem se autorizar e valorizar a prática da psicoterapia que também é feita nos CAPS, onde também estão embasados em teoria, método e ética.”



Prêmio Cultural Claudinho Gomes

Cultura, Direitos Humanos e Saúde Mental são os três eixos em torno dos quais gira o Prêmio Cultural Claudinho Gomes. Promovido pelo CRPRS, o Prêmio é a culminância de um processo de cidadania e inclusão a partir da expressão artística.

Ao modo de Artur Bispo do Rosário, Claudinho Gomes foi um “louco-artista” gaúcho falecido precocemente. A partir da valorização de sua arte, conquistou voz própria e o reconhecimento social, o que só foi possível através do tratamento respeitoso e humanizado para além dos muros manicomiais.

Os 120 trabalhos que foram inscritos ao Prêmio por usuários, acadêmicos e profissionais da psicologia – artigos, poemas, pinturas e esculturas – refletem e ampliam este desejo de potencializar e articular Cultura, Direitos Humanos e Saúde Mental. As obras inscritas estarão expostas de 12 a 20 de dezembro de 2009 na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre. O evento de premiação será na quinta-feira, dia 17 de dezembro, às 18h, no mesmo local.

Algumas destas obras estão estampadas no Calendário 2010, que você está recebendo junto com esta edição do Jornal Entrelinhas.

Psicologia e Trabalho

Seminário Líderes Saudáveis, Organizações Saudáveis reflete fatores psicológicos que influenciam lideranças

No dia 26 de setembro, 150 pessoas se reuniram na Universidade de Caxias do Sul para participar do I Seminário Líderes Saudáveis, Organizações Saudáveis, promovido pela Comissão de Psicologia do Trabalho do CRPRS – Subsede Serra. O evento teve como objetivo refletir a saúde mental dos líderes do mundo contemporâneo, onde as exigências de resultados e a pressão do tempo são fatores adoecedores.

As palestras ficaram por conta do psiquiatra Ricardo de Oliveira Silveira, da gestora de RH Maria Paula de Moraes Jardim e da psicóloga Fernanda Luz Beck. O grupo de bailarinos da Escola Endança se apresentou em conjunto com a psicóloga Sílvia Massotti. Sílvia também expôs um projeto que estuda os fenômenos psíquicos no mundo do trabalho.

A Comissão de Psicologia do Trabalho já está planejando a segunda edição do Seminário, que acontecerá em 2010. Este evento é mais uma iniciativa do grupo que busca proporcionar um espaço de trocas entre a categoria e os demais profissionais, pensando e promovendo ações que consolidem interfaces com saúde, trabalho e subjetividade. A comissão se reúne mensalmente na Subsede Serra (Rua Moreira Cesar, 2712/33 – Caxias do Sul/RS). Mais informações: (54)3223-7848 ou caxias@crprs.org.br.

Psicóloga gaúcha vence Prêmio Profissional do CFP

O CRPRS parabeniza a psicóloga gaúcha Milene Mabilde Petracco pela 1ª colocação na categoria Trabalho Individual do Prêmio Profissional – “Experiências profissionais na construção de processos educativos na escola”. Milene concorreu com o trabalho intitulado “Serviço de Psicologia no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – Campus Charqueadas: relato de uma construção”. Saiba mais na próxima edição do Entrelinhas.

VII CNP propõe debate sobre projeto ético e político para a profissão



Do dia 03 a 06 de junho de 2010 está agendado um dos eventos mais importantes do calendário dos psicólogos, o VII Congresso Nacional da Psicologia. O CNP, realizado a cada três anos, é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia, onde são definidas diretrizes para as ações políticas que serão priorizadas durante o triênio seguinte.

Abordando o tema “Psicologia e Compromisso com a Promoção de Direitos: um Projeto Ético-Político para a Profissão”, o VII CNP traz, na sua estrutura, a ideia da construção de um projeto político para a profissão, defendendo o papel da Psicologia no compromisso social.

A partir desta premissa, o congresso propõe uma reflexão sobre o compromisso da categoria em promover direitos em diversos âmbitos, tais como:

a defesa dos direitos humanos; o fortalecimento da população em situação de vulnerabilidade social; a diversidade; a inclusão; a defesa do SUS, da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial; o direito à democratização da comunicação; o combate às violações e retrocessos no campo dos direitos de crianças e adolescentes; a dignidade, entre outros.

Para um debate realmente efetivo, o CNP será dividido em três eixos:

Eixo 1 – Aperfeiçoamento Democrático do Sistema Conselhos

Proposta de alterações no caráter estrutural, contemplando, além do CNP, a Assembleia das Políticas, Administração e das Finanças (Apaf), para que sejam reconhecidas também por meio de lei. Cabem neste eixo todas as teses que se referem à reformulação ou à contribuição de formas democráticas de estrutura e funcionamento do Conselho Federal e dos Regionais.

Eixo 2 – Construção de Referências e Estratégias de Qualificação para o Exercício Profissional

Desde a criação dos Centros de Referência Técnica em Políticas Públicas (Crepop), foi consolidada a preocupação do Sistema Conselhos em estabelecer a proposta de criação de referências, de estratégias e de qualificação para a categoria. Este eixo prevê a ampliação desta ideia, de forma que novas medidas venham a sanar inquietações recorrentes da profissão.

Eixo 3 – Diálogo com a Sociedade e com o Estado

A Psicologia sempre defendeu a multidisciplinariedade. Agora, o CNP vem consolidar um projeto que não é restrito à profissão e se fortalece através

da interface e voltado às questões políticas e sociais. A proposta de diálogo possibilita engendrar parcerias, dar complexidade a conceitos que precisam ser melhor entendidos e empreender ações capazes de mul-

tiplicar avanços urgentes no cenário social. O eixo tem como principal objetivo refletir a relação da categoria com a sociedade e com o Estado, buscando a promoção e inserção da Psicologia nas políticas públicas.

As etapas do CNP

O CNP é um espaço de discussão e transformação do Sistema Conselhos de Psicologia. Para que seja montado um evento democrático e o mais amplo possível, o processo de debates começa nos Regionais, Subsedes e Seções, através de eventos preparatórios, pré-congressos e congressos regionais.

Os eventos preparatórios são realizados em diversas cidades e tem como objetivo suscitar debates e questões que possam subsidiar futuras teses, através de ampla mobilização e participação da categoria. Os próprios psicólogos podem organizar estes encontros e solicitar a ida do CRP até o município através do e-mail: comunicacao@crprs.org.br.

Os pré-congressos são realizados em diversas cidades e tem como objetivo suscitar debates e questões que possam subsidiar futuras teses, através de ampla mobilização e participação da categoria. Os próprios psicólogos podem organizar estes encontros e solicitar a ida do CRP até o município através do e-mail: comunicacao@crprs.org.br.

No Corep, os delegados apreciam as teses nacionais e, por sua vez, elegem os delegados para o Congresso Nacional.

Participação do Rio Grande do Sul

De acordo com o regulamento do VII CNP, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul deve ter um quórum mínimo de 120 psicólogos presentes no Corep para que, posteriormente, sejam eleitos 15 delegados. A partir deste mínimo, a cada 30 participantes no evento regional, um delegado a mais para o Congresso Nacional, chegando a um máximo de 19 delegados.

Para garantir a ampla mobilização no Estado, a Comissão Organizadora Regional, coordenada pela conselheira Maria de Fátima Bueno Fischer, optou por utilizar a divisão dos Coredes – Conselhos Regionais de Desenvolvimento como base para a regionalização. Em alguns casos, foram integradas duas regiões em uma de acordo com o número de psicólogos inscritos.

Assim, estão sendo propostos 21 pré-congressos, previstos para ocorrerem em março de 2010. A lista dos municípios por região e o cronograma de atividades pode ser conferido no site do CRPRS (www.crprs.org.br).

Teses – Como devem ser feitas

As teses devem ser propostas de acordo com o tema do VII CNP e, posteriormente, classificadas por eixos. Possuem a seguinte estrutura:

Eixo: Identificação da classificação em um dos três eixos.

Tema da tese: Definição do tema a ser abordado.

Descrição da situação problema: Análise da realidade da Psicologia e apontamento das urgências e necessidades; aponta a problemática a ser enfrentada ou a situação a ser modificada.

Diretriz(es) para ação do Sistema Conselhos: Indicação das diretrizes que estão sendo propostas; é a tese propriamente dita, que explicita a situação desejada, que deve ser buscada pelos Conselhos. A diretriz diz o que deve ser realizado para enfrentar a situação problema.

Encaminhamentos: Apontamento dos encaminhamentos que devem ser dados pelos Conselhos Regionais e Federal; são sugestões de ações que buscam garantir a situação desejada.

2010 é ano de eleições para os psicólogos

No dia 27 de agosto de 2010 os profissionais da Psicologia já têm compromisso. É dia de eleger as gestões que estarão à frente dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia até 2013.

Já no mês de janeiro será nomeada uma Comissão Eleitoral Especial no Conselho Federal de Psicologia e uma Comissão Regional Eleitoral (CRE) em cada Conselho Regional com, no mínimo, três psicólogos e respectivos suplentes. No Rio Grande do Sul, a Assembleia para constituição da CRE será dia 14 de janeiro de 2010, no auditório da sede do CRPRS (Av. Protásio Alves, 2854/4º andar).

A CRE é responsável por todos os atos operacionais das eleições regionais, como publicação de editais, envio de cédulas para voto por correspondência, definição dos locais para votação presencial, apuração, dentre outras funções. A comissão é constituída por psicólogos não conselheiros e conta com apoio técnico, administrativo e financeiro do CRP, sendo extinta no ato de homologação do processo eleitoral.

Cada chapa concorrente deve ser formada por 26 psicólogos com pelo menos dois anos de inscrição no CRP, sendo 13 efetivos e 13 suplentes. Após eleito, o grupo formará a plenária, órgão deliberativo responsável pela gestão política, administrativa e financeira do CRP. A apresentação das chapas que disputarão as eleições será feita no final do Corep – Congresso

Regional de Psicologia, que será realizado no mês de maio, em Porto Alegre.

Já as chapas que concorrem ao Conselho Federal de Psicologia são indicadas durante o CNP – Congresso Nacional de Psicologia, que ocorrerá em junho de 2010 em Brasília. As chapas para o CFP são formadas por representantes das diferentes regiões do país.

A importância do voto

Assim como eleições para cargos executivos e legislativos nos âmbitos nacional, estadual e municipal, a votação para definir a plenária do Conselho Regional de Psicologia é de extrema relevância para a categoria. A psicóloga Ana Cristina Mitidiero, responsável pela CRE no pleito de 2007, ressalta que “é importante as pessoas votarem naquela chapa com a qual se identificam. Serão as pessoas que representarão a nossa categoria”.

Para que os eleitores tenham conhecimento das propostas e candidatos, o CRPRS disponibilizará publicações, além de promover debates.

O voto é obrigatório e universal. Pessoas que não votaram na última eleição devem apresentar justificativa e regularizar outras possíveis pendências, como atualização de endereço e estar em dia com as anuidades. “Participar da votação é um exercício da cidadania”, enfatiza Ana Cristina.



Anuidades

Fique legal com a Psicologia!

Em Assembleia Geral Ordinária para definição dos valores de anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2010, realizada pelo CRPRS em 1º de outubro de 2009, os psicólogos presentes aprovaram o valor de R\$ 339,88 para a anuidade de pessoa física e pessoa jurídica.

Os carnês para pagamento das anuidades já foram enviados pelo correio a todos os psicólogos ativos do Estado. Cada carnê possui quatro boletos, sendo o primeiro para quem optar pelo pagamento do valor integral, e os três subsequentes para a opção de parcelamento. A quitação da anuidade de 2010 pode ser realizada das seguintes formas:

Pagamento integral com desconto:

Parcela única no mês de janeiro - desconto de 10% = total de R\$ 305,89

Parcela única no mês de fevereiro - 5% de desconto = total de R\$ 322,88

Pagamento integral sem desconto:

Parcela única no mês de março – total de R\$ 339,88

Parcelamento:

O valor da anuidade pode ser parcelado em até três vezes, com vencimento nos meses de janeiro, fevereiro e março.

Caso você tenha alguma pendência de anuidades anteriores, entre em contato com o setor de Cobrança para formalizar um acordo de negociação, através do telefone (51) 3334-6799 ou fiqueemdia@crprs.org.br.

Caso não esteja exercendo a profissão, entre em contato para saber o procedimento para cancelamento de seu registro.



Um cartão de Natal com uma árvore de Natal desenhada com uma fita vermelha ondulante e uma estrela vermelha no topo. O texto do cartão é o seguinte:

Desejamos que o espírito de solidariedade continue presente em 2010 transformando a realidade.

Profissional, atualize seu endereço pelo site www.crprs.org.br e receba o nosso calendário.

CRP_{RS}
CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL
35 ANOS

ESCUTANDO SINGULARIDADES,
TRANSFORMANDO REALIDADES.

Mantenha o cadastro atualizado!

É muito importante manter atualizado o seu cadastro junto ao CRPRS. As informações que ali contém são fundamentais para a comunicação entre a entidade e o inscrito, através do envio de correspondências, como o jornal Entrelinhas, convites de eventos, além dos carnês. Para informar mudança de nome (casamento), de endereço ou telefone, entre em contato com o setor de cadastro através do telefone: (51) 3334-6799 ou cadastro@crprs.org.br.



É com imensa alegria que aproveitamos a oportunidade de efetivar mais um contato, dentre tantos realizados desde 2006. Como ponto de partida o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP – reforça seu compromisso de investir cada vez mais no estabelecimento de canais de comunicação, pontes, interlocuções, apostando na força das produções coletivas para que cada vez mais nossas reflexões e produções apontem para uma psicologia conectada com as políticas públicas expressando nas ações desenvolvidas por cada profissional uma prática alicerçada no compromisso social e nos direitos humanos.

Estamos na reta final de mais um ano de trabalho. Ao realizarmos um passeio nos diferentes, diversos, mas muitas vezes complementares, caminhos percorridos por cada um de nós, temos a oportunidade de refletir, visitar, multiplicar nossos aprendizados bem como compartilhar nossas experiências.

No ano de 2009, o CREPOP realizou mais quatro pesquisas visando melhor compreender as práticas dos profissionais que atuam em diferentes campos das Políticas Públicas: **Educação, Álcool e Drogas, Trânsito / Mobilidade Urbana e Assistência Social**. Foram momentos nos quais (re)estabelecemos conexões que nos permitiram aprofundar um pouco mais nosso conhecimento sobre cada uma das áreas pesquisadas. Através das diversas vias de contato, tivemos acesso a contribuições que certamente farão diferença na reflexão e fortalecimento das práticas desenvolvidas. Acreditamos que o material produzido coletivamente estará considerado nas Referências Técnicas para o exercício profissional no âmbito das Políticas Públicas em cada uma das áreas trabalhadas.

Sabemos que muitos já conhecem o CREPOP e seus princípios, mas sempre vale retomar algumas questões centrais, pois temos o desafio permanente de ampliar nossas articulações podendo estas passar por acolher novos leitores, parceiros e colegas disponibilizando informações e proposições que aqueçam nossas rodas de conversa, nossos encontros e as equipes das quais fazemos parte. Continuamos esta inspirados numa das marcas que muito nos caracteriza – **PSICÓLOGO, SEU FAZER NOS INTERESSA**.

Presente em todo Sistema Conselhos – o CREPOP – tem como objetivo ser um espaço de interlocução e busca permanente de referenciais teóricos e práticos sobre as intervenções desenvolvidas pelos

profissionais que atuam no campo das políticas públicas. Desta forma o **CREPOP** vem consolidando sua ação especialmente a partir do diálogo estabelecido com a categoria que tem muito a dizer sobre este assunto. Sensibilizar nosso olhar e investir cada vez mais numa prática voltada aos direitos humanos já não é mais uma intenção, (re)conhecer as práticas, subsidiar novas ações e sustentar o compromisso social da psicologia neste campo é meta do **CREPOP** e será atingida na medida que cada vez mais profissionais estejam pró-ativamente envolvidos.

O **CREPOP** apresenta como um de seus principais propósitos a ampliação da atuação dos psicólogos na esfera pública, expandindo a contribuição profissional da Psicologia para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, colaborando para a promoção dos Direitos Humanos no país. Para tanto, realizamos um conjunto de ações e mantemos aberto um canal de comunicação no CRP para que sempre possamos dialogar sobre o tema das Políticas Públicas, suas conquistas, dificuldades e desafios. Promover a interlocução da Psicologia organizada com os espaços de formulação, gestão e execução em Políticas Públicas.

Permanecer conectado com a categoria

O CREPOP entende que nenhum processo se encerra, todos os caminhos estabelecem um ponto de partida que será muito mais rico se percorrido coletivamente. Produzir saúde e cidadania à população e à categoria

O CREPOP busca consolidar suas fontes de informação e articulação através da realização de reuniões específicas e compondo a Comissão de Políticas Públicas. Outras estratégias de aproximação são a realização de visitas a serviços, presença em fóruns

de debate e de controle social, pesquisa online, consulta pública e articulação em rede virtual.

Mantenha-se informado

Leia mais sobre o CREPOP, bem como acesse alguns dos resultados das pesquisas desenvolvidas até agora, através do link do CREPOP disponibilizado na página virtual do CRPRS. Qualquer dúvida, contribuição ou consideração, entre em contato através do email crepop@crprs.org.br ou ligue para nós.

Até um breve encontro!!

Silvia Giugliani
Assessora Técnica do CREPOP/
CRPRS



Ato Médico e os Psicólogos

O Conselho Regional de Psicologia do RS vem a público manifestar-se sobre o Projeto de Lei 7703/06, chamado Ato Médico, que pretende regulamentar a profissão de médico no Brasil, estabelecendo os limites profissionais da categoria médica.

O CRPRS não é contra a regulamentação da profissão médica, pelo contrário, entendemos que a mesma deva ocorrer, buscado assim disciplinar os limites técnicos e legais da Medicina. Entretanto, o texto aprovado junto a Câmara dos Deputados em 21 de outubro deste ano, que neste momento aguarda apreciação e possível aprovação no Senado Federal, apresenta questões polêmicas, uma vez que fere princípios e conquistas alcançadas no entendimento técnico e conceitual da saúde enquanto prevenção, diagnóstico e tratamento.

Em um mundo cada vez mais integrado, no qual o conceito de multidisciplinaridade atravessa e enriquece hoje todas as áreas do conhecimento, trazendo a contribuição de diferentes saberes para o enfrentamento e superação de problemas, soa no mínimo anacrônica e ultrapassada a posição contida no Projeto de Lei 7703/06. Diferentemente das colocações dos defensores do projeto, a discussão em torno da definição de saúde não pode ser privativa a uma profissão. Pelo contrário, o conhecimento técnico e o avanço ético-político conquistados, pressupõem questões para além de um conhecimento único ou limitado domínio privativo. O próprio Conselho Federal de Medicina, ao excluir a Odontologia da referida lei, reconhece publicamente que existem outros conhecimentos que não apenas o “médico”, para o tratamento de doenças, incluindo os atos cirúrgicos que um odontólogo está capacitado e autorizado a realizá-los. Ora, se a alegação que sustenta tal lei está baseada no chamado conhecimento técnico/profissional, como explicar a concordância em delegar a outros que não médico tais procedimentos?

Através de seu artigo 4º, o PL avança de forma inaceitável sobre os direitos de outras categorias profissionais na área da saúde, previstos em lei, pretendendo tornar atividade privativa do médico a “formulação do diagnóstico nosológico e a respectiva prescrição terapêutica”.

Considerando a complexidade humana e a interdisciplinaridade como um atravessamento nas práticas de saúde para a garantia de resolutividade e humanização do atendimento,

acatar que o diagnóstico nosológico seja tarefa de apenas uma profissão, torna o cuidado em saúde, no mínimo, reducionista.

O artigo citado atrela o diagnóstico e qualquer prescrição terapêutica a somente uma profissão, no caso a médica. Com isso, impede que profissionais de outras áreas da saúde possam exercer livremente essas atividades em suas respectivas áreas de conhecimento científico, conforme já regulamentada em leis anteriores.

Considerando que o diagnóstico nosológico trata-se de uma referência de doenças/enfermidades, buscando sua classificação do ponto de vista explicativo, com o presente PL aprovado, o psicólogo ficará impedido de realizar uma de suas práticas, tendo em vista que o diagnóstico nosológico na maioria das vezes pode integrar o diagnóstico psicológico, fazendo-se uso da identificação e classificação de psicopatologias. Somado a isso, ficará impedido de realizar prescrição terapêutica, já que não há clara delimitação do que é esta prescrição, podendo englobar a prescrição de qualquer terapêutica, incluindo psicoterapêutica.

A grande discussão está no fato de ser o conteúdo da tal lei puramente corporativista por parte da classe médica. Nenhum conselho profissional da área da saúde sustenta que um paciente seja atendido por outro que não o médico quando sua necessidade em saúde assim exigir. Notícias de sindicatos médicos, levianamente pregam que é isto que ocorrerá se a lei do ato médico não for aprovada. Perguntamos, se a lei não está aprovada, sendo que os médicos brigam há anos no Congresso pela aprovação, por que não acontecem hoje tais previsões catastróficas para a saúde da população? Por que não é disto que a lei trata. A lei deveria regulamentar a profissão médica, disciplinando e limitando atuação das práticas médicas, e não se colocando acima das outras profissões já regulamentadas, numa prepotente tentativa de hierarquizar o conhecimento ante outros.

O que discutimos conceitualmente é o direito de outros profissionais da saúde, capacitados técnica e legalmente exercerem suas funções. O próprio Conselho Nacional de Saúde, por meio de resolução, lista os profissionais da área da saúde, não identificando qual o de “maior” importância ou conhecimento técnico, mas listando-os por ordem alfabética!

A questão está no fato da pretendida lei disciplinar o mercado de trabalho na área da saúde, seja ele privado ou público, limitando por meio de ato privativo o acesso amplo aos profissionais da saúde, deixando limitado à decisão médica, condutas profissionais de outros que não médicos. A profissão médica não pode se arvorar em sinônimo de conhecimento total da complexa área da saúde humana. Hoje, no mundo inteiro, o conhecimento de saúde já não se mantém restrito a uma só profissão, mas é encarado como um conceito social, englobando conhecimentos e saberes de diferentes áreas. O ato médico isola a atuação de outras profissões, resguardando ao médico a maior fatia do campo, afetando a saúde como um todo, pois o maior prejudicado aqui é o usuário do sistema que continuará sendo visto de forma fragmentada, o que desumaniza o atendimento em saúde.

Além disso, o PL propõe que apenas médicos podem ocupar cargos de chefia de serviços médicos, porém não define o significado de serviços médicos, o que abre brechas para diversas interpretações, entre elas, que qualquer serviço de saúde por tratar de saúde e ter em sua equipe médicos, ser considerado um serviço médico, desconsiderando que todos os serviços de saúde pressupõe uma equipe multidisciplinar, sejam eles: ambulatórios, Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, Hospitais, Núcleo de Apoio à Saúde da Família -ESF/NAS, etc. Vale lembrar que o que é proposto, vai de encontro à lei de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em que está explícito as diretrizes da integralidade do cuidado e na descentralização dos serviços.

Nossa luta contra o Projeto de Lei do Ato Médico não é contra o trabalho médico. Reconhecemos a importância deste profissional nas equipes de trabalho, tanto quanto reconhecemos a importância de todos os outros trabalhadores. Acreditamos e desejamos que todos os profissionais nos serviços de saúde possam trabalhar de forma complementar e parceira, garantindo um atendimento integral e abrangente qualificado pela prática interdisciplinar que possibilita trocas e humaniza o atendimento, melhorando os processos de trabalho em saúde.

Ressaltamos ainda que essa luta seja também em defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros, adquiridos

pela árdua luta de trabalhadores e usuários, a partir de um conceito ampliado de saúde, que deu origem ao Sistema Único de Saúde - SUS, hoje referência em países da Europa e Estados Unidos.

Frente à possível aprovação do PL no Senado Federal, o CRPRS tem feito diferentes mobilizações para apresentar o descontentamento dos psicólogos gaúchos frente a este PL. Junto do Conselho Federal de Psicologia, demais Conselhos Regionais de Psicologia e representantes das demais profissões da área da saúde, representadas no Fórum Gaúcho de Democratização da Saúde, temos feito esclarecimentos de nosso posicionamento e indicação de alteração do texto do PL de forma que não fira o exercício profissional da psicologia. Temos mobilizado junto à bancada do Estado do Rio Grande do Sul no Senado Federal, mais uma vez, como já aconteceu quando da primeira versão do PL do Ato Médico, para garantir que o projeto seja apreciado de forma que contemple o pedido dos psicólogos e dos demais profissionais do setor saúde, indicando a não aprovação do mesmo.

Solicitamos à categoria que se empenhe na mobilização contra a aprovação do PL do Ato Médico, podendo ser feita através de assinatura do abaixo-assinado apoiado pelo Sistema Conselhos (www.naoaoatomedico.org.br), repassando para colegas, amigos, conhecidos políticos, personalidades públicas para obtermos apoio da sociedade em geral.

Nossas reivindicações têm sido no sentido de unir forças para que o PL somente seja aprovado com alterações no texto que garantam o livre exercício das demais profissões garantidas em lei, bem como os direitos dos usuários de e saúde de uma forma que seja eficaz e resolutive.

Os tempos são de ampliar e contribuir com os avanços da ciência em todos os setores, não de fechar e privilegiar um setor – à custa da saúde de toda uma população. O projeto de Lei do Ato Médico, seja em sua primeira versão no substitutivo aprovado pelo Senado em 2002 como este último aprovado pela Câmara dos Deputados, não interessa somente aos médicos, mas a todos os profissionais da área de saúde, à sociedade e ao governo. Sua aprovação trará consequências negativas para o atendimento de saúde da população em todas as suas instâncias.

Acesse o site e o blog do CRPRS para ver os comentários dos internautas e deixe lá a sua opinião.

http://www.crprs.org.br/noticias_internas.php?idNoticia=958

http://www.crprs.org.br/noticias_internas.php?idNoticia=999

<http://blog.crprs.org.br/?p=97>

<http://www.naoaoatomedico.org.br>

Psicólogo não é juiz

O Conselho Regional de Psicologia do RS (CRPRS) vem a público manifestar sua contrariedade e fazer os devidos esclarecimentos quanto ao tema veiculado no dia 30 de setembro de 2009 no Programa Conversas Cruzadas do apresentador Lasier Martins na TVCOM, no qual, por ocasião da fuga de um apenado de um estabelecimento penal gaúcho de regime semi-aberto, alguns operadores do Sistema Judiciário, mais especificamente o representante da Promotoria Pública do RS, dentre outras acusações graves que fez aos psicólogos que trabalham no Sistema Prisional do RS, atribuiu a responsabilidade pela progressão de regime do referido apenado a um laudo psicológico, divulgando inclusive o nome da psicóloga que o realizou.

Diante destes fatos, cabe esclarecer que:

- A reforma da Lei de Execução Penal (LEP) 7.210/84, introduzida pela Lei 10.792/03, veio trazer nova redação aos artigos 6º e 112º da LEP, dispensando o parecer da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico para fins de progressão de regime prisional, mantendo apenas a exigência de exames de individualização da pena, o que deve ser realizado no início da execução, com vistas a oferecer Tratamento Penal adequado, que considere e respeite as necessidades e demandas individuais dos sujeitos privados de liberdade.

- Contrariando a Lei 10.792/03, foi instituído em 2004 no Estado do Rio Grande do Sul o Regimento Disciplinar Penitenciário (RDP), que ainda mantém o Art.6º da LEP, violando os direitos dos apenados ao continuar exigindo os exames criminológicos, uma vez que basta o tempo de ao menos 1/6 de cumprimento da pena e o atestado de boa conduta carcerária, de responsabilidade do Diretor do estabelecimento prisional, para que o sujeito preso receba os seus direitos garantidos na lei.

- No ano de 2007, foram publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), as Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro, que orientam para que os psicólogos voltem suas atividades no contexto prisional para o desenvolvimento de programas de tratamento que promovam a inclusão social dos indivíduos privados de liberdade, em detrimento da

produção de laudos e/ou pareceres psicológicos que, por violarem direitos e não fazerem mais parte das exigências legais, configuram-se como mais um instrumento de punição e segregação do sujeito preso;

- A psicóloga que teve o nome citado inadequadamente no Programa da TVCOM Conversas Cruzadas do dia 30/09 como responsável pela realização do laudo psicológico não deve ser responsabilizada pela concessão da progressão de regime carcerário do apenado em questão, visto que o mesmo fugiu do regime semi-aberto após ter sido liberado do regime fechado PELA JUSTIÇA e não pela psicóloga, conforme ficou parecendo nas discussões feitas durante o referido Programa.

Enquanto profissão, em qualquer situação, a Psicologia domina um conjunto de técnicas e de instrumentos para realizar sua prática de acordo com Princípios Fundamentais do seu Código de Ética, enfatizando que: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Por tudo isso, é importante ressaltar que a psicologia, embora disponha de instrumentos científicos para instrumentalizar sua prática, não pode prever por meio de avaliação psicológica comportamentos futuros, como é o caso da fuga de presos das prisões ou da reincidência criminal, pois as mudanças de comportamento humano são motivadas por inúmeros fatores, que não podem ser reduzidos apenas a fatores psicológicos e/ou individuais. A emissão do parecer tem como objetivo apontar uma ‘probabilidade’, o que por si só em nada poderia justificar a negação de direitos, visto serem hipóteses inverificáveis empiricamente, além de não serem submetidas ao contraditório, como preconiza o Código Penal Brasileiro (CPB).

No caso das considerações feitas no Programa Conversas Cruzadas, consideramos que, embora o Poder Judiciário infelizmente ainda se assessorasse de laudos e pareceres psicológicos para decidir sobre a concessão dos direitos legais dos apenados, a responsabilidade sobre tais decisões sempre será dos JUÍZES. Mesmo que ainda haja muitos equívocos a este respeito por parte de alguns seto-

res, não é papel nem atribuição dos psicólogos que trabalham no sistema prisional decidir sobre situações jurídicas que envolvam a execução penal dos apenados, visto que **PSICÓLOGO NÃO É JUIZ**.

Além disso, no referido Programa foi insinuado publicamente o envolvimento de psicólogos(as) com apenados que transcendem as relações profissionais. Cabe salientar que o CRPRS repudia totalmente este tipo de alegação/insinuação/acusação realizada por parte do apresentador do Programa e dos representantes do Poder Judiciário, já que cabe exclusivamente a este Conselho receber, apurar e julgar supostas condutas profissionais anti-éticas dos psicólogos gaúchos. Desta forma, não concordamos que denúncias tão graves sejam feitas através de meios de comunicação de massa sem comprovação, maculando a imagem de todos psicólogos, sem se disponibilizar o devido encaminhamento legal para tais casos.

Por fim, se faz necessário esclarecer que a Psicologia através de seu compromisso social e ético, enquanto ciência integrada a outras áreas científicas, tem produzido conhecimentos teórico-tecnológicos, bem como reflexões críticas que alertam para os inúmeros prejuízos que o encarceramento produz nos sujeitos e na sociedade como um todo. Todos sabem que as prisões não oferecem condições mínimas e dignas de trabalho e convivência humana, nem tampouco possibilitam a recuperação das pessoas privadas de liberdade. Está na hora de analisarmos mais profundamente a desgraça do sistema prisional brasileiro ao invés de enfatizar tanto e somente as condutas criminosas de alguns. Esta é uma realidade que não podemos mais fugir e o CRPRS coloca-se a disposição da Justiça para juntos pensarmos/analísarmos/sugerirmos medidas substitutivas a este perverso sistema criminalizante.

Volta do “C.O.C.” significa retrocesso da cidadania

Está em debate no Congresso Nacional um projeto de lei que propõe o retorno do chamado exame criminológico no processo de avaliação da progressão de regime dos apenados. Já aprovado no Senado, ele irá para exame da Câmara de Deputados. No entanto, as entidades de direitos humanos e o próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP), assim como os conselhos regionais, lembram que está em vigor lei federal de 2003 que aboliu a exigência deste exame. “E aboliu porque este tipo de avaliação é um retrocesso da cidadania”, diz a psicóloga Taiasmin da Motta, que trabalha na Susepe e faz parte do Grupo de Trabalho dos Psicólogos do Sistema Prisional do CRPRS.

“Num momento em que a mídia anuncia a fuga de apenados que se encontravam em regime semi-aberto, há uma tendência a regredir em todos os níveis, endurecendo ainda mais a situação dos presos”, lembra a psicóloga Maria de Fátima Bueno Fischer, conselheira do CRPRS. Na avaliação dos psicólogos, este exame – conhecido no Rio Grande do Sul como “C.O.C.” (Comissão de Observação Criminológica) – invade a intimidade do preso, que já está cumprindo sua pena, e termina sendo usado pelo juiz como mais um elemento condenatório. “Isto representa a utilização do conhecimento psicológico e da psicologia não como um modo de ressocialização e de valorização da cidadania do apenado – pois o preso continua sendo um cidadão, com seus direitos estabelecidos constitucionalmente – e sim como um instrumento de decisão para o juiz conceder ou não a progressão”, afirma Fátima.

Decisão condenatória

Fátima destaca que este tipo de decisão não é de responsabilidade da psicologia: “O juiz conta com outros elementos para se basear em suas decisões, como o exame dos antecedentes criminais daquele apenado e o histórico de seu comportamento carcerário”. “Em muitos casos”, diz, “o juiz não busca o psicólogo para saber, mas para confirmar uma decisão condenatória que já havia tomado a priori”, complementa.

“O que os psicólogos querem é que se cumpra o chamado tratamento penal – o cumprimento da pena acompanhado do trabalho terapêutico da psicologia”, reforça Taiasmin.

No entanto, o tratamento penal simplesmente não é realizado – e fica restrito apenas ao “C.O.C.” – o que limita não só a atuação psicológica, mas também a ação de outros agentes, como o advogado, o assistente social, etc. “Não somos contra a avaliação, mas queremos fazer esta análise do todo, institucionalmente”, complementa Taiasmin. “Dizem que os presos ficaram mais perigosos. Mas será que não é todo o sistema social em que vivemos que está mais doente?”, questiona.

Orientação como prioridade

Desde denúncias a respeito do exercício ilegal da profissão até pedidos de orientação sobre a forma mais adequada de divulgar à sociedade os serviços oferecidos pelos psicólogos, é grande o universo de demandas encaminhadas à Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRPRS. Formada por três conselheiros, três psicólogos da área técnica, mais uma secretária técnica, a Comissão reúne-se semanalmente para discutir as denúncias, dúvidas ou questionamentos recebidos, buscando encontrar o melhor encaminhamento ou construir as respostas para os casos mais complexos. “Também é nossa função convocar psicólogos para dar orientação, em casos em que pode ter ocorrido alguma irregularidade, quase sempre por dúvida ou desconhecimento de normas”, esclarece a psicóloga fiscal Letícia Gianechini, que desde 2005 é funcionária do CRPRS como integrante da COF.

Atuando numa área limítrofe com a Comissão de Ética do Conselho, a COF pode receber denúncias anônimas, desde que sejam documentadas. Uma das situações mais comuns que merecem exame e orientação dos seus membros é o envolvimento de psicólogos em sua atuação profissional com práticas não reconhecidas pela psicologia enquanto ciência. “É o caso de tratamentos com florais ou reiki, que não estão contemplados no quadro de terapias ligadas à profissão de psicólogo”, informa Letícia.

Outro tipo de situação em que o Conselho atua, no sentido de orientar ou coibir, são casos nos quais o material de divulgação dos serviços do psicólogo inclui o valor da consulta, o que é vetado pelas normas éticas, ou existe a ausência do número de inscrição no Conselho. Nos casos mais graves ou em que se verifica reincidência após a orientação, os membros da COF propõem denúncia à Comissão de Ética. “Mas há situações eventuais, como o exercício ilegal da profissão, em que a própria COF encaminha o caso à Polícia”, afirma Letícia Gianechini.

“Recentemente tivemos uma denúncia sobre um cidadão que emitiu e assinou documento específico da profissão – um teste psicológico – sem ser psicólogo”, diz ela. “Este tipo de situação configura o exercício ilegal da profissão”, complementa. Outras situações em que a atuação da COF é fundamental ocorrem por ocasião de grandes concursos públicos, em que exista a aplicação de testes psicológicos nos candidatos. “Nestas ocasiões chegamos a emitir uma média de cinco ofícios por dia esclarecendo se tal teste é válido ou não”.

Após cinco anos de atuação na Comissão, Letícia observa que há maior atenção dos psicólogos em relação às resoluções profissionais e sobre a legislação em geral. “O fato é que evoluímos junto com a legislação e a sociedade, pois nosso trabalho não visa apenas aos psicólogos, mas à toda a comunidade”, avalia ela.

“A Comissão quer proporcionar a melhor orientação ao psicólogo e o melhor cuidado ao usuário”

Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRPRS, a conselheira Maria de Fátima Bueno Fischer lembra que ao longo dos últimos anos a COF foi experimentando uma evolução em termos de prioridades: “Daquela visão inicial, mais focada no aspecto da fiscalização, quando o próprio Sistema Conselhos ainda se consolidava, a Comissão foi deslocando seus esforços para o quadro atual, de orientação, no qual temos maior incidência sobre a sociedade no sentido de fazer com que a psicologia praticada garanta ao usuário o melhor cuidado de que é capaz”.

Dentro deste enfoque, a fiscalização ainda tem lugar, no entanto avançando sempre que possível para o esclarecimento e a orientação dos profissionais: “E percebemos que esta visão está sendo reconhecida pela categoria”, diz Fátima. “Não

apenas apontamos as irregularidades, mas fazemos um esforço para que haja também um pensar sobre a psicologia, problematizando as questões que aparecem e buscando desenvolver uma perspectiva mais ampla, enfatizando a informação e a formação permanente, como um aperfeiçoamento da prática profissional. Temos tido um papel de acompanhamento dos casos que aparecem, o que já vem garantindo melhores resultados na atuação dos psicólogos gaúchos”.

“A COF tem um papel político e estratégico no Conselho”

Na avaliação do psicólogo Lúcio Fernando Garcia, coordenador da Área Técnica e há 12 anos no CRPRS, a Comissão de Orientação e Fiscalização, pela natureza de suas atribuições, desempenha um papel fundamental, política e estrategicamente dentro do Conselho. “A Comissão estabelece políticas de atuação, e pode ser mais aberta, mais legalista, mais autoritária ou mais corporativista”, enumera Lúcio. “No entanto, hoje estamos preocupados especialmente

com a orientação técnica aos psicólogos e menos com a fiscalização propriamente dita”. Neste aspecto, ele ressalta que a fiscalização é feita, mas também ela ganha muitas vezes um caráter de orientação. “Na verdade, quando convocamos pela COF algum psicólogo a esclarecer determinadas práticas, agimos inclusive em defesa dele e de sua imagem profissional, assim como na de toda a categoria”, explica.

Lúcio destaca que a parceria entre a COF e a área técnica do Conselho foi construindo, ao longo do tempo, um conhecimento que hoje serve de base de orientação para situações semelhantes que aparecem no cotidiano de atividades do CRPRS. Mais ainda: “Em alguns momentos, nossa COF tem servido de referência para outros Conselhos regionais, que nos consultam frente a certas situações mais complexas”, afirma. “Nosso Caderno de Perguntas e Respostas, que também está disponível em nosso site, tem servido de base para publicações semelhantes de outros regionais – o que é ótimo e até aumenta nossa responsabilidade, procurando aprofundar as reflexões sobre a atuação do psicólogo na sociedade e aperfeiçoar o trabalho da COF”.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

A Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psic. Loiva Maria De Boni Santos, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar, vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

às psicólogas Carmen Doris Joseph Reichelt, CRP-07/01289 e Alexandra Bello Guse, CRP-07/11558 por infração ética aos artigos 2º, alínea “h”, e 20, letra “f”, do Código de Ética Profissional do Psicólogo de 2005.

Porto Alegre, 16 de dezembro de 2009.

Agenda

Cursos

Psicanálise de crianças, adolescentes e adultos

Local: Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Informações: (51) 3062-7400
www.sig.org.br

Formação em Psicanálise

Seleção até janeiro de 2010.
Local: Círculo Psicanalítico do RS – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3221-3292
circulopsicanaliticors@gmail.com
www.cbp.org.br/cprs

Capacitação Básica para Coordenar Grupos

Início 07 de janeiro de 2010
Local: Instituto Pichon-Rivière – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3331-7467
contato@pichonpoa.com.br
www.pichonpoa.com.br

Neurociência e Psicanálise Contemporânea

Início dia 12 de janeiro
Local: Contemporâneo - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3019-5344
ensino@contemporaneo.org.br
www.contemporaneo.org.br

Educação, Sexualidade e Relações de Gênero

Inscrições de 04 a 25 de janeiro
Local: Faculdade de Educação da UFRGS – Porto Alegre/RS
Informações: geerge@ufrgs.br
www.ufrgs.br

Relações Humanas no Trabalho

08, 09 e 10/02/2010
Local: Faculdade da Serra Gaúcha (FSG) – Caxias do Sul/RS
Informações: (54) 2101-6000
www.fsg.br

Formação em Terapias Cognitivas no Tratamento da

Dependência Química
Início em março de 2010
Local: NEAPC – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333-2123
ccstress@terra.com.br
www.nucleodeterapiascognitivas.com.br

Teoria e Clínica Psicanalítica

Início em março de 2010
Local: CEP - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3222-3900
cepdepa@cepdepa.com.br
www.cepdepa.com.br

Psicoterapia Cognitivo - Comportamental

Início em março de 2010
Local: WP Centro de Psicoterapia Cognitivo Comportamental – Porto Alegre/RS
Informações: www.terapiascognitivas.com.br

Especialização em Psicoterapia

Psicoterapia Psicanalítica de Crianças
Início em março de 2010
Local: Instituto Cyro Martins - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3338-6041
cyromartins@cpovo.net
www.cyromartins.com.br

Terapia Familiar Sistêmica

Início em março de 2010
Local: Domus – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3346-3022/3395-1895
www.domusterapia.com.br

Especialização em Psicoterapia

Início em março de 2010
Local: Fundação Universitária Mário Martins - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333-3266
fumm@mariomartins.org.br
www.mariomartins.org.br

Especialização em Ciências Criminais e Psicanálise

Início dia 12 de março de 2010
Local: Universidade de Passo Fundo/RS
Informações: paulom@upf.br

Psicologia Hospitalar

Inscrições até 12 de março de 2010.
Local Fundação Universitária de Cardiologia - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3219-2802 / 3223-5793
icfuc@cardiologia.org.br
www.cardiologia.org.br

Atualização em Psicologia Escolar

Início dia 15 de março de 2010
Local: CAPE – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3331-5681
capepsi@terra.com.br

Congressos

I Congresso Brasileiro de Orientação para Aposentadoria nas Organizações

15 a 17/04/2010
Promoção: Departamento de Psicologia/PPGP/UFSC
Local: Jotel Majestic - Florianópolis/SC
Informações: (48) 3322-1021
www.oceanoeventos.com.br/aposentadoria

XVII Congresso Brasileiro de Medicina Psicossomática

29/04 a 02/05/2010
Local: Gramado/RS
Informações: www.psicossomatica-rs.org.br

10º Congresso de Stress da ISMA-BR

22 a 24/06/2010
Local: Centro de Eventos Hotel Plaza São Rafael - Porto Alegre/RS
Informações: www.ismabrasil.com.br

III Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão

03 a 07/09/2010
Local: São Paulo/SP
Informações: www.cienciaeprofissao.com.br